política

Lula recebe ex-ministros da Justiça no Alvorada

Crime transnacional deverá ser pauta de novo Ministério da Segurança

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ouviu, nesta quarta-feira, de ex-ministros da Justiça que a nova pasta do governo a ser criada para cuidar da segurança pública deverá olhar para o crime transnacional. A informação foi dada pelo ex-ministro Tarso Genro, um dos participantes do encontro.

"O novo ministério da Segurança Pública tem que ter uma ocupação, também de suas tarefas, das questões geopolíticas", afirmou. De acordo com Tarso, tanto ele quanto outros dos participantes da reunião defenderam a ideia de que o crime transnacional deve ser uma das preocupações centrais.

Lula recebeu para a reunião dois ex-ministros da Justiça além de Tarso: Ricardo Lewandowski e Flávio Dino, hoje ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Também participaram o atual ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva; a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior; e o vice-presidente, Geraldo Alckmin. A conversa foi no Palácio da Alvorada.

"O novo ministério da Segurança Pública tem que ter uma nova conformação para se integrar no processo geopolítico que ocorre na América do Sul e ocorre em todo mundo, com blocos geopolíticos que têm a ver de maneira profunda com a segurança pública", disse ele.

Conforme o ex-ministro, os projetos tradicionais de segurança pública lidam principalmente com o que ele chamou de "crimes de vizinhança". "Hoje, esses delitos, principalmente nas grandes regiões metropolitanas, constituem o fim de um longo percurso", afirmou, referindo-se a cadeias criminosas internacionais.

Lula prometeu que criaria o Ministério da Segurança Pública durante sua campanha eleitoral em 2022, quando obteve o mandato presidencial que agora está em suas últimas semanas.

Depois, passou a afirmar que a criação da pasta estava condicionada à aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que aumentaria os poderes da União sobre a segurança pública, que tradicionalmente ficou a cargo dos estados.

A PEC foi aprovada. Agora, Lula e seu núcleo de governo preparam a estrutura da nova pasta. Esse foi um dos assuntos da reunião desta quarta. O presidente ouviu sugestões sobre quais órgãos relacionados à segurança pública devem ir para o novo ministério ou ficar em seus lugares atuais.

De acordo com Tarso, um dos órgãos mencionados na conversa foi o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), que coíbe ações de lavagem de dinheiro. Segundo ele, porém, nenhuma decisão foi tomada na reunião.

"Todos foram expressando opiniões sobre quais órgãos deveriam ir para onde. O presidente só escutou. Não houve uma avaliação e nem era o momento para isso", declarou o ex-ministro.

Motta negocia verba para indicação de deputados

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu R$ 3 milhões para os deputados atuais e novos indicarem em verbas do governo Lula (PT). Os recursos seriam um estímulo à votação de medidas fiscais e um aceno aos novos parlamentares, que assumirão em 1º de fevereiro, quando Motta pretende se reeleger.

A informação foi confirmada por sete deputados federais. Motta e a Secretaria de Relações Institucionais não comentaram. O valor total do repasse deve chegar a R$ 2 bilhões.

Segundo os deputados, a verba será indicada dentro dos recursos do Ministério da Saúde e repassada para municípios por apadrinhamento político. O recurso não é uma emenda parlamentar ao Orçamento e não terá transparência sobre o autor da indicação. A liberação ocorrerá por meio de portarias da pasta, com a destinação dos valores para as prefeituras.

O recurso é uma forma de Motta agradar aos novos eleitos, que só terão direito a emendas parlamentares individuais no Orçamento a partir de 2028. Com o extra, eles já poderão atender aos pedidos dos prefeitos que os ajudaram na campanha.

Parte dos deputados, no entanto, reclama que os atuais parlamentares ficaram com o desgaste de votar a favor do pacote fiscal do governo, apresentado pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, mas precisaram dividir a verba com os novos, que não precisaram votar nas medidas de aumento de receitas e contenção de despesas.

Se não precisassem dividir a verba com os futuros deputados, o valor subiria para R$ 5,6 milhões por parlamentar atual - parte deles, não reeleito.

De 2023 a 2026, o Congresso teve direito a R$ 137,3 bilhões em emendas individuais e de bancadas estaduais.

KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Motta pretende se reeleger para o comando da Casa em fevereiro



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Sem embaixador na Argentina



ROBERTO STUCKERT FILHO/GOVERNO FEDERAL/JC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu que o embaixador brasileiro na Argentina, Julio Bitelli, não retornará a Buenos Aires. A medida - definida após reunião com o chanceler Mauro Vieira - consolida o rebaixamento das relações diplomáticas quatro meses após o início da crise entre os dois países.

Milei não será convidado para a posse

Além de deixar o posto vago, Lula decidiu não convidar o presidente argentino, Javier Milei, para a sua posse no próximo mandato. Com o impasse formalizado, a embaixada brasileira na capital vizinha passa a ser chefiada oficialmente pelo encarregado de negócios Eduardo Uziel, segundo posto na hierarquia diplomática. O congelamento do diálogo eleva a preocupação no Rio Grande do Sul, que tem na Argentina o seu segundo maior parceiro comercial e principal destino de produtos industrializados, sob o risco de novos entraves nas negociações de fronteira e no fluxo logístico do Mercosul.

Declaração de Quirno foi a gota d'água

Nos bastidores do Palácio do Itamaraty, a avaliação é de que a decisão mais dura do Palácio do Planalto foi precipitada por declarações do chanceler argentino, Pablo Quirno, no último fim de semana. Ao justificar em um programa de televisão por que a Casa Rosada ainda não felicitou nem reconheceu formalmente a reeleição do petista, Quirno colocou em xeque, sem apresentar provas, a lisura do pleito brasileiro. "Houve situações dentro do processo eleitoral que punham de alguma maneira em dúvida toda a situação", afirmou.

Atraso em tecnologias no SUS

O deputado federal gaúcho Giovani Cherini (PL) cobrou explicações do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre a demora na oferta de novas tecnologias para o tratamento de arritmias cardíacas complexas no Sistema Único de Saúde (SUS). Incorporados por portaria em maio de 2025, com prazo legal máximo de 180 dias para entrarem em operação, o "cateter com força de contato" e o "mapeamento eletroanatômico tridimensional" ainda não foram efetivamente disponibilizados aos pacientes da rede pública. Cherini destaca que o entrave foi exposto durante audiências da campanha Setembro Vermelho e defende a fiscalização para garantir que "tecnologias avaliadas e incorporadas ao SUS se traduzam, de fato, em acesso aos pacientes".

Debate sobre diretrizes educacionais

O senador gaúcho Paulo Paim (PT) assinou, ao lado dos senadores petistas Teresa Leitão e Humberto Costa, ambos de Pernambuco, e Rogério Carvalho, do Sergipe, um pedido de realização de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal para debater o Projeto de Lei nº 660/2023. Na justificativa da matéria, os parlamentares apontam que a proposta toca em pontos sensíveis - como a "liberdade de ensinar, o pluralismo de ideias e a autonomia escolar" - e suscita controvérsias constitucionais e pedagógicas.